



Índice

- 01 INCRA atrasa mais de um ano para declarar limites territoriais do quilombo Paiol de Telha
- 02 Polícia investiga morte de indígena em Benjamin Constant, no Amazonas
- 03 Modelo Alessandra Ambrósio é criticada por usar acessório indígena
- 04 TV Câmara vai exibir documentário "Índio Cidadão?" no Abril Indígena 2014
- 05 Atividades gratuitas no Rio antecipam comemoração do Dia do Índio
- 06 Seed reúne com indígenas para discutir formação de professores das etnias de Oiapoque e Pedra Branca
- 07 Indígenas da Raposa Serra do Sol I, RR, alegam sofrer com a estiagem
- 08 O cerco aos índios na ditadura e na democracia
- 09 Maria Rita Kehl: Índios vivem hoje situação parecida com a da ditadura
- 10 Exposição reúne objetos da cultura indígena no museu de Araraquara, SP
- 11 Karé, o Último dos Juma
- 12 Empresa ligada a Jucá é autorizada pela União a pesquisar minérios em RR
- 13 Em Andorinha (BA), água é motivo de conflito entre a população e empresa de mineração Ferbasa
- 14 Estudantes de Blumenau visitam aldeia indígena



- 15 [Começa hoje a III Semana dos Povos Indígenas](#)
- 16 [Apagão atinge cidades do Marajó](#)
- 17 [Projeto estimula catadores e ribeirinhos da Ceasa](#)
- 18 [Parceria resulta na detenção de quarenta madeiros ilegais](#)
- 19 [Índios guarani pedem demarcação de suas terras na cidade de São Paulo](#)
- 20 [Começa hoje em Cáceres a 3ª Semana dos Povos Indígenas](#)
- 21 [Secretaria de Cultura e UERJ celebram dia do índio com programação especial](#)
- 22 [Parceria do Ibama com índios Kayapós resulta na detenção de quarenta madeiros ilegais](#)
- 23 [Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas abre inscrições para curso de extensão](#)
- 24 [Indígenas de Marabá e Parauapebas, no sudeste do PA recebem vacina contra gripe H1N1](#)
- 25 [Governador Sandoval Cardoso diz que TO está pronto para apoiar jogos indígenas](#)
- 26 [CDHM aprova requerimento de padre ton para verificar situação de povos indígenas do AM](#)
- 27 [Curitiba recebe Mostra Audiovisual Olhares Indígenas](#)
- 28 [Educação indígena em Minas é tema de reunião conjunta](#)
- 29 [Jovens terenas são eleitos miss e mister indígena 2014](#)
- 30 [Unigran Capital abre mostra que destaca povos indígenas](#)



INCRA atrasa mais de um ano para declarar limites territoriais do quilombo Paiol de Telha

SÍTIO TERRA DE DIREITOS, 11.04.2014

Comunidade usa Lei de Acesso à Informação para cobrar justificativa do INCRA acerca da morosidade no andamento do processo.

Nesta segunda-feira (14), as famílias quilombolas, movimentos e entidades apoiadoras farão um ato político para cobrar titulação do território.

A velocidade da tramitação dos processos de titulação de territórios quilombolas no Brasil caminha em ritmo inverso à urgência das famílias em conquistar o direito à terra. No caso da comunidade quilombola Paiol de Telha, da região Centro do Paraná, a resistência e a luta para recuperar o território tradicional é de mais de 40 anos, quando começaram a ser expulsos por imigrantes alemães. Desde 2005, o processo de titulação da área tradicional avança a passos lentos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Paraná – INCRA.

Há um ano a portaria que declara os limites territoriais da comunidade está parada na mesa do ao presidente do INCRA-PR, Carlos Gudes de Guedes, à espera de uma assinatura. Conforme o art. 17 da Instrução Normativa nº 57 , que regula a tramitação dos processos administrativos de titulação de territórios quilombolas, o prazo para a assinatura da portaria é de 30 dias.

Para cobrar justificativas do INCRA acerca da demora na publicação da portaria, o Paiol de Telha, com apoio da Terra de Direitos, enviou na última semana um ofício direcionado ao presidente do Instituto. O pedido se ancora na Lei de Acesso à Informação, com base na prerrogativa de que “não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais”, conforme o artigo 21 da Lei. O INCRA tem até o dia 21 um de abril para responder o ofício.

Caso o presidente do INCRA não apresente uma justificativa robusta para referendar a morosidade de um ano na assinatura da portaria, a comunidade quilombola poderá ajuizar um mandado de segurança para obrigar o presidente do INCRA a respeitar o direito à titulação do território quilombola. Na avaliação do advogado popular da Terra de Direitos, Fernando Prioste, “a morosidade se deve ao fato de que as terras quilombolas hoje pertencem a membros do grupo empresarial a Cooperativa Agrária Agroindustrial”. Após a publicação da portaria pelo INCRA o órgão deve iniciar os procedimentos de desapropriação para titular as terras quilombolas.

Ainda como forma de pressionar o poder público para a efetivação do direito ao território, nesta segunda-feira (14), às 14h, a comunidade fará um ato político em Reserva do Iguaçu. A ação vai reunir organizações sociais, sindicatos, movimentos populares e apoiadores da comunidade.

CONT.



Morosidade

O Paiol de Telha foi uma das primeiras comunidades paranaenses a ter o processo administrativo aberto no INCRA-PR, em 2005, para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro do território tradicional. No ano anterior, a comunidade havia recebido a Certificação da Fundação Cultural Palmares como descendentes diretos de trabalhadores escravizados e comunidade remanescente de quilombos.

Desde que o processo foi aberto, foram poucos os avanços para a titulação da comunidade. Embora o Instituto tenha terminado os estudos necessários e rejeitado todos os recursos administrativos da Cooperativa Agrária Agroindustrial, que atualmente está nas terras quilombolas, o processo está parado há quase um ano a espera da assinatura da portaria de reconhecimento do território.

Fora do território tradicional e sem a garantia de poder retorno, as famílias do Paiol de Telha sofrem, há longos anos, ameaças concretas a seu modo de vida. A titulação do território tradicional é medida urgente que se faz necessária para garantir a sobrevivência física, social, econômica e cultural da comunidade quilombola como tal.

“A vida no Fundão era muito boa, tinha festa, reza, trabalho, tinha liberdade. Quando fomos expulsos do Fundão eu já era grande. Depois disso, só tivemos tristeza, é parada em pedacinho de terra, onde não dá pra plantar (...). Fizemos casinha de costaneira e de compensado pra morar. E até hoje, estamos assim, esperando nossa terra”, lamenta Neli Terezinha dos Santos, 47 anos, em depoimento à Cartografia Social da comunidade Invernada Paiol de Telha Fundão.



Polícia investiga morte de indígena em Benjamin Constant, no Amazonas

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 11.04.2014

Segundo o sargento Francisco Alves, uma equipe de policiais militares de Tabatinga foi enviada ao município para ajudar nas investigações e buscas aos possíveis suspeitos do do homicídio.

Manaus - Uma adolescente indígena de 16 anos, da etnia Ticuna, foi encontrada morta com três perfurações de faca no peito, e um fio amarrado no pescoço, na manhã da última quinta-feira, no município de Benjamin Constant (a 1.121 quilômetros de Manaus).

A informação foi confirmada pelo sargento Francisco Alves, da 2ª Companhia de Policiamento Militar (CIPM), que relatou que a indígena foi encontrada sem roupas e com um pano na boca, o que levanta a hipótese dela ter sido estuprada antes de ser assassinada. Ninguém foi preso até o fechamento desta reportagem.

O corpo da indígena, identificada pela polícia como Noemia Torres, foi localizado dentro de uma movelaria, pelo proprietário do local. Segundo o sargento Francisco Alves, ela foi vista pela última vez, na noite da última quarta-feira, saindo em uma motocicleta com um homem ainda não identificado pela polícia, durante o intervalo da escola onde estudava.

Ainda segundo o sargento, os policiais civis do 51º Distrito Integrado de Polícia (DIP), de Benjamin Constant, já fizeram um levantamento de possíveis suspeitos do crime. "As polícias Civil e Militar estão em levantamento de informações, mas não podemos divulgar nomes para não atrapalhar as investigações", disse. A polícia acredita que o crime tenha acontecido na madrugada de quinta-feira.

A hipótese de a vítima ter sido violentada sexualmente foi levantada pela polícia, após a constatação de que ela estava despida e parte da peça íntima que usava ter sido encontrada rasgada, ao lado do corpo.

Segundo o sargento Francisco Alves, uma equipe de policiais militares de Tabatinga foi enviada ao município para ajudar nas investigações e buscas aos possíveis suspeitos do do homicídio.

Modelo Alessandra Ambrósio é criticada por usar acessório indígena

SÍTIO TRIBUNA HOJE, 11.04.2014

Uso "banal" do cocar reforçaria estereótipos de índios norte-americanos



Em festivais como o Coachella - que começou nesta sexta-feira, 11, na Califórnia - não é incomum avistar alguém com um cocar indígena - a peça se tornou o elemento "hipster" preferido na criação de visuais para o evento.

A atriz Vanessa Hudgens foi vista com o acessório durante o festival e Alessandra Ambrósio postou uma foto no Instagram vestindo a peça, com a legenda "Me inspirando para o Coachella com esse incrível adereço nativo americano!".

Imediatamente, as duas foram criticadas pela atitude - que envolveria ignorar o significado espiritual do cocar, relevar o genocídio ainda perpetuado nos dias de hoje e reforçar os estereótipos de índios norte-americanos.

Arcade Fire, Muse e Outkast são as atrações principais do Coachella 2014. Outros grandes nomes deste ano são Queens of the Stone Age, Pharrell Williams, The Replacements, Beck, Lana Del Rey, The Knife, Foster The People e Motörhead. Entre os novos artistas que se destacaram bastante em 2013 estão Haim, Lorde e Disclosure. Já as atrações de música eletrônica contam com Skrillex, Zedd, Girl Talk e Duck Sauce.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

TV Câmara vai exibir documentário "Índio Cidadão?" no Abril Indígena 2014

SÍTIO CIMI, 11.04.2014

O documentário "Índio Cidadão?", sobre a luta das Nações Indígenas brasileiras pela conquista e manutenção dos Direitos Constitucionais, estreia na TV Câmara no dia 19 de abril às 14h. O filme resgata dois momentos-chave nesse processo: a campanha popular realizada pelos povos indígenas na Constituinte e o período de manifestações em Brasília contra os ataques legislativos do Congresso Nacional, com a ocupação da Câmara dos Deputados no "Abril Indígena" de 2013 e a mobilização nacional em outubro do mesmo ano.

Ancorado em depoimentos e falas públicas de importantes lideranças indígenas, como o cacique Raoni Metuktire, Ailton Krenak, Sonia Guajajara, Davi Yanomami, Álvaro Tukano, entre outros, o filme traz episódios históricos e contemporâneos da luta indígena no debate político do Congresso Nacional, contando com elementos inéditos, fruto de intensa pesquisa de acervos públicos e privados.

O título "Índio Cidadão?", em tom de pergunta, é uma provocação que convida o espectador a refletir e compreender a perspectiva dos povos originários acerca dos enfrentamentos políticos pela garantia dos direitos originários à terra e pelo respeito ao modo de vida tradicional. Por isso o filme, ao longo dos seus 52 minutos, é todo apresentado e narrado pelos índios, em especial pelo depoimento da liderança Valdelice Veron, que conduz o documentário. Sob constantes ameaças de morte e despojo da terra tradicional, ela expõe o drama pelo genocídio que a sua Nação, os Kaiowá Guarani, vivencia há décadas no estado do Mato Grosso do Sul. Valdelice testemunhou o assassinato do pai, cacique Marcos Veron, durante o processo de retomada de sua terra Tekoha Takuara em 2003.

"Índio Cidadão?" é uma realização de 7G Documenta, Machado Filmes, Argonautas, 400 Filmes, BASE Coletivo Audiovisual, e conta com patrocínio do FAC - Fundo de Apoio À Cultura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Foto: Rodrigo Siqueira

Serviço

Índio Cidadão? - O Filme

- Pré-estreia no dia 14 de abril, às 16h30,

com exibição do filme seguida de debate com o diretor Rodrigo Siqueira e as lideranças indígenas Álvaro Tukano e Ailton Krenak Krenak.

Local: Memorial do Ministério Público - Procuradoria Geral da República

Endereço: SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Cobertura.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

- Estreia Nacional no Abril Indígena 2014

Dia 19/04, às 14h, na TV Câmara

Informações: BASE Coletivo Audiovisual 61 3034-6218 8424-0824

Assessoria de Imprensa: Padê Produções

Julia Tolentino: 61 3034.1900 8254.5405



Atividades gratuitas no Rio antecipam comemoração do Dia do Índio

SÍTIO OLHAR DIRETO, 12.04.2014

Agência Brasil

O Dia Nacional do Índio é no próximo sábado (19), mas as comemorações no Museu do Índio, em Botafogo, na zona sul, começam neste fim de semana. As atividades gratuitas, hoje (12) e amanhã, começam às 14h, com oficina de pintura corporal Kuikuro, povo do Parque do Xingu, em Mato Grosso, e de arte Fulni-ô.

Às 16h haverá apresentação de danças e cantos Fulni-ô, grupo que, de acordo com a vice-diretora do museu, Arilza Almeida, é um dos poucos do Nordeste que mantém forte as tradições. "O grupo de índios da etnia Fulni-ô, da aldeia de Águas Belas, em Pernambuco, entre os grupos do Nordeste, é o único que mantém a língua. Os índios fazem um esforço muito grande de preservação de suas tradições, e vêm mostrar para a gente um pouco de seus cantos e suas danças".

O calendário de eventos vai até o dia 27 de abril. Entre os destaques está a mostra de autores indígenas A Floresta de Livros, feita em parceria com o Departamento Cultural da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no dia 19. No mesmo dia será lançado o filme Karioka, do cineasta indígena Takumã Kuikuro.

Em Niterói, o Museu Janete Costa de Arte Popular vai abrir, no dia 16, duas exposições do acervo do Museu do Índio: Artes Indígenas e Etnodesign: Vontade de Beleza; e Poética Karajá: Arte Iny. As cerca de 100 peças poderão ser vistas até o dia 16 de agosto.

Arilza lembra que o Museu do Índio completou 61 anos em 2014 e, desde a sua inauguração, mantém as comemorações do Dia do Índio. Este ano, mesmo com as obras de revitalização do sistema de ar-condicionado no casarão principal, as atividades estão mantidas nos jardins e áreas externas.

"O museu tradicionalmente tem essas atividades e a gente espera em breve voltar com novas exposições. Estamos com o projeto bastante adiantado, e continuar com o trabalho do museu, de registro de línguas e culturas indígenas, os projetos, revitalização do acervo, todos os trabalhos têm dito continuidade. Só o casarão, a parte expositiva, que está em obras".

Para a vice-diretora do museu, apesar dos problemas que envolvem a questão indígena no país, o índio tem o que comemorar no seu dia. "É uma luta histórica, uma luta difícil, mas eu acho que o importante é que eles estão lutando. Acho que cada vez mais a gente tem associações, eles estão buscando canais de luta, buscando seus direitos e isso é o caminho".

A programação completa das comemorações no Rio de Janeiro do Dia do Índio pode ser consultada na página do Museu do Índio na internet.



Seed reúne com indígenas para discutir formação de professores das etnias de Oiapoque e Pedra Branca

SÍTIO AMAZÔNIA BRASIL RÁDIO WEB, 12.04.2014

A Secretaria de Estado da Educação (Seed) reuniu com o Conselho Estadual de Educação, representantes indígenas do município de Oiapoque e da etnia waiãpi, de Pedra Branca, para discutir sobre a formação continuada e inicial em magistério normal nível médio. A iniciativa visa capacitar alunos das áreas indígenas, que ainda não concluíram os estudos, e para que possam lecionar nas aldeias.

Na oportunidade, a secretária de Estado da Educação, Elda Araújo, apresentou todos os avanços em relação à educação indígenas do Amapá, nas regiões de Oiapoque, Pedra Branca e Parque do Tumucumaque, onde estão localizadas 52 escolas destinadas à educação indígena.

"A Seed está cada vez mais presente para resolver as problemáticas relacionadas à educação indígena, hoje, resolvemos a situação da formação do professor indígena, uma retomada feita com compromisso e responsabilidade", reforçou.

Neste mês, a Seed aprovou todos os cursos para as áreas de formação indígena. A medida contou com recursos do Governo Federal, que também permitiu a elaboração de todo o material pedagógico específico para os povos indígenas do Amapá. O investimento está orçado em R\$ 2 milhões.

A secretária destacou o trabalho que a Seed vem desenvolvendo em sintonia com o Conselho Estadual de Educação. "Estamos trabalhando sem medir esforços para desenvolver todo o aspecto legal para regularizar as escolas indígenas", frisou.

Durante a reunião também foi debatido o recredenciamento da Escola que irá documentar e ministrar os cursos do magistério, de elaboração dos pareceres e resolução. Também foi feito pela Seed o levantamento detalhado dos candidatos que já iniciaram os estudos.

Para a presidente do Conselho Estadual de Educação, Eunice Bezerra, o sistema de ensino educacional indígena é importante para que eles possam obter mais conhecimento e entender a cultura "branca", dentre outros. "A formação do professor indígena será desenvolvida de maneira que este professor tenha a mesma qualidade de ensino que o não índio", declarou a presidente.

A reunião também contou com a presença de representantes do gabinete da deputada federal, Janete Capiberibe.



Indígenas da Raposa Serra do Sol I, RR, alegam sofrer com a estiagem
SÍTIO G1, 12.04.2014

*Segundo os moradores, há cinco meses não chove na região.
Ministério da Saúde disse que viabilizou a construção de uma barragem.*

Indígenas da Comunidade Raposa I, na terra indígena Raposa Serra do Sol, alegam sofrer com a falta de chuva na região. A estiagem, que já dura cinco meses, tem prejudicado o abastecimento de água para 886 pessoas da localidade, além de maltratar as plantações de mandioca, raiz que é a base da alimentação indígena. A Raposa I fica há 215 quilômetros de Boa Vista, no município de Normandia, região Nordeste do estado.

A distribuição de água às famílias da comunidade é feita por meio de uma fonte natural, que secou por falta da chuva. Assim, segundo o líder indígena Gabriel Silveira, a alternativa foi utilizar um poço artesiano onde a água fornecida já está salobra, devido ao baixo nível. Dessa forma, a solução encontrada pelos moradores foi racionar a distribuição.

Estiagem afeta também o plantio de mandioca (Foto: Valéria Oliveira/G1) Estiagem afeta também o plantio de mandioca
(Foto: Valéria Oliveira/G1)

"Todo ano enfrentamos essa situação, mas neste, em especial, a situação é bem crítica. O que nos livra é o poço artesiano, que está com a água bastante salgada. Só bebemos porque não temos outra alternativa. Ligamos a bomba três vezes ao dia: das 6h às 8h; 11h às 13h e 18h às 20h", explicou Silveira.

Além da falta de água potável para beber e para suprir as necessidades básicas do dia a dia, os indígenas sofrem com a baixa na produção de farinha amarela.

"Como não chove, as plantações de mandioca não desenvolvem como deveriam. Alguns pés morreram e as poucas raízes são bem pequenas. Vivemos um sofrimento", relatou a indígena Fátima Francisco.

Na tentativa de amenizar a situação, uma pequena comerciante da Raposa I juntamente com o esposo, cavaram um poço artesanal com quase seis metros de profundidade no quintal de casa. Segundo eles, não dava mais para beber e cozinhar com a água encanada fornecida pelo poço artesiano.

"Gastamos uns R\$ 400 para construir e deixar o poço pronto para retirar a água dele. Aqui, muitos vizinhos vem buscar água durante o dia, porque a água 'da rua' é muito salgada, faz mal para a saúde", relatou Mari Lúcia da Silva.

Outro lado

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

Em nota, o Ministério da Saúde, por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima, informou que viabilizou a construção, em fevereiro deste ano, de uma nova barragem para abastecer o reservatório de água da comunidade. A construção foi realizada em parceria com a comunidade local.

O Ministério informou ainda que a vazão da rede adutora é suficiente (150.000 litros/dia) para atender a população da comunidade de 850 habitantes e que tem realizado campanhas de conscientização sobre o uso racional da água da rede adutora.



O cerco aos índios na ditadura e na democracia

SÍTIO O GLOBO, 12.04.2014

Investigações da Comissão da Verdade e mobilizações de pesquisadores e ativistas chamam atenção para abusos contra povos indígenas no regime militar e hoje

Por Guilherme Freitas

Em 1971, a Casa Civil do general Emílio Garrastazu Médici lançou um vídeo institucional sobre a construção da Transamazônica, estrada que ligaria o litoral da Paraíba ao interior do Amazonas. A obra era anunciada como pedra fundamental de uma “nova Amazônia”, que permitiria a “fixação do homem numa região de fartura ainda não explorada”. Na cena de abertura da propaganda, uma árvore gigantesca é derrubada ao som de música triunfal, enquanto o narrador reforça o tom ufanista: “A Revolução chega à selva. Cada árvore que tomba escreve uma história bem diferente das que povoavam a terra dos sacis, iaras e cobras grandes. Na arrancada do trator apaga-se a lenda, que some, envolta em outra magia: a magia do desenvolvimento”.

A propaganda mostra que o regime militar via na Amazônia um imenso território ocioso à espera de, como diz o narrador do vídeo, “colonização”. Essa política teve consequências trágicas para os ocupantes originais daquelas áreas. Centenas de índios morreram ou foram desalojados durante a ditadura devido à realização de obras do governo em suas terras, muitas vezes depois de contatos feitos com violência ou em condições inadequadas.

Essas e outras violações sofridas por índios estão sendo investigadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), em um grupo de trabalho coordenado pela psicanalista Maria Rita Kehl. Em pouco mais de um ano, a CNV mobilizou uma rede de pesquisadores, ativistas e representantes de povos indígenas, jogando luz sobre abusos cometidos com apoio ou no interesse do Estado, como invasão de terras tradicionais, trabalhos forçados, prisão e tortura. Nas audiências realizadas em aldeias de várias partes do país, surgiram também relatos que chamam atenção para ameaças enfrentadas até hoje.

— O tema das agressões a índios no Brasil é muito vasto. A situação varia em cada região, mas há um padrão de descaso e violência — diz Maria Rita Kehl (leia entrevista na página ao lado).

O grupo de trabalho surgiu a partir de uma carta enviada por lideranças indígenas ao Tortura Nunca Mais de São Paulo, diz o vice-presidente da organização, Marcelo Zelic, colaborador da CNV. A mensagem cobrava mais atenção aos índios e apresentava documentos sobre os waimiri-atroari, dizimados durante a construção da BR-174 (Manaus-Boa Vista) em suas terras, em Roraima. O governo começou as obras em 1967 sem contactá-los e eles reagiram à invasão do território. Segundo relatos da tribo, morreram cerca de 1,5 mil dos 3 mil waimiri-

CONT.



atroar até o fim dos anos 1970. Alguns foram vitimados por doenças contraídas depois do contato e muitos outros foram assassinados — há denúncias de uso de granadas e até pesticida.

Há outros casos parecidos. Os ianomâmi, também de Roraima, sofreram com a construção da BR-210 (Perimetral Norte). Os krain-a-kore do Mato Grosso e Pará, hoje conhecidos como panarás, viram a população diminuir de 500 para 70 pessoas devido a epidemias que se alastraram após o início da construção da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Uma equipe liderada pelos irmãos Villas-Bôas contactou os remanescentes em 1973, depois de cinco anos de tentativas, e levou-os para o Parque do Xingu. Só retornaram a suas terras originais em 1995.

Em novembro de 2012, o Tortura Nunca Mais-SP e outras organizações de direitos humanos encaminharam à CNV um relatório com subsídios para a investigação desses e de outros casos. Desde então, em paralelo às viagens de Maria Rita Kehl pelo Brasil, pesquisadores se dedicam a levantar novos materiais. Ao todo, segundo Zelic, já foram coletadas mais de 600 mil páginas de documentos oficiais, discursos de parlamentares e reportagens da época denunciando massacres, invasões de terra e outras violações impunes até hoje.

— Como todos os perseguidos pela ditadura, os índios também têm direito à reparação do Estado. Realizar as demarcações de terras já previstas seria também uma forma de compensar invasões e abusos do passado — diz Zelic, que critica a falta de recursos do grupo da CNV para lidar com todos os documentos e propõe que a investigação continue mesmo depois da apresentação do relatório final, prevista para o fim do ano. — É preciso fazer o “Brasil: Nunca Mais” dos povos indígenas.

A descoberta de maior repercussão até agora foi o Relatório Figueiredo, encontrado por Zelic nos arquivos do Museu do Índio, no Rio. O documento reúne em 7 mil páginas, divididas em 30 volumes, os resultados de uma investigação sobre o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) liderada pelo procurador Jader de Figueiredo Correia entre 1967 e 1968. Ela foi ordenada pelo regime militar, pressionado por denúncias internacionais de genocídio contra os índios. Em junho de 1967, porém, antes do início dos trabalhos, um incêndio nunca esclarecido no Ministério da Agricultura, em Brasília, destruiu milhares de papéis do SPI.

Proposta de ‘emancipação’ detonou protestos

Mesmo assim, Figueiredo conseguiu compilar uma série de abusos cometidos sob jurisdição do SPI desde a criação do órgão, em 1910. E mostrou que eles não apenas continuaram durante o regime militar, como adotaram procedimentos da “linha dura”. O relatório denuncia a existência de pelo menos sete cadeias indígenas nos estados de Goiás, Amazonas e Mato Grosso do Sul, entre outros. E relaciona técnicas de tortura contra índios — uma delas consistia em algemar o prisioneiro e espremer um de seus pés em uma forquilha.

O caso mais emblemático de presídio indígena é o Reformatório Krenak, que funcionou no município de Resplendor, leste de Minas Gerais, de 1969 a 1972 (depois, portanto, da investigação de Figueiredo). Administrado pela Polícia Militar do estado e pelo governo federal, recebeu, além de índios krenak da região, prisioneiros de etnias de outras partes do país, como

CONT.



xavantes, guaranis e pataxós, sob acusações que iam de invasão de terras a roubo e “vadiagem”. Os detentos eram proibidos de se comunicar em seus idiomas e obrigados a falar português. E enfrentavam privações como confinamentos prolongados e chicotadas. Há relatos de pelo menos um índio arrastado pelos pés num cavalo e outro forçado a beber leite fervendo até morrer.

O Reformatório Krenak operou já sob a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada no final de 1967 para substituir o desacreditado SPI. O novo órgão foi uma das mudanças introduzidas pelos militares em resposta ao questionamento internacional crescente sobre sua política indigenista. Em 1973, foi criado o Estatuto do Índio, que se anunciava como instrumento para “integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” e dava um prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas em todo o país. Em 1978, apenas 10% delas haviam sido demarcadas e homologadas.

— A grande maioria das terras indígenas encontrava-se invadida por fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e posseiros, inclusive as áreas demarcadas — diz o antropólogo Carlos Augusto da Rocha Freire, autor de “Memória do SPI” (Museu do Índio/Funai) que não vê na atuação da Funai, presidida por generais ao longo dos anos 1970, mudança significativa para os índios.

Na segunda metade dos anos 1970, o Estatuto do Índio foi o estopim de uma mobilização sem precedentes pelos direitos indígenas. Em 1975, o ministro do Interior Rangel Reis anunciou a intenção do governo Geisel de “emancipar” os índios, acabando com a tutela do Estado sobre eles, determinada pelo Estatuto. Nos anos seguintes, antropólogos de todos o país e organizações religiosas como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), articularam uma campanha contra a emancipação. Denunciavam que, com o argumento de “integrar” os índios à sociedade, o projeto na prática retiraria a proteção legal sobre suas terras, liberando-as para o mercado.

Música de Caetano e poema de Drummond

Dessa mobilização surgiram órgãos como a Comissão Pró-Índio (em São Paulo, Rio e Acre), a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai, sediada na Bahia) e a Comissão Pró-Parque Ianomâmi. Nessa época, atos em defesa dos direitos dos índios, com apoio de artistas, atraíam público crescente, e o adesivo vermelho com os dizeres “Pela demarcação das terras indígenas” era tão visto nas ruas quanto o que pedia “Anistia ampla, geral e irrestrita”. Em 1977, Caetano Veloso gravou “Um índio” e Carlos Drummond de Andrade publicou um poema sobre os krain-a-kore (“Malgrado meu desejo/ de declarar-te irmão/ e contigo fruir/ alegrias fraternas,/ só tenho para dar-te/ em turvo condomínio/ o pesadelo urbano/de ferros e fúrias”).

Uma das fundadoras da Comissão Pró-Índio de São Paulo, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, professora da Universidade de Chicago e autora de livros como “Índios no Brasil: história, direitos e cidadania” (Ed. Claro Enigma) recorda a adesão “enorme e inesperada” ao movimento:

— O protesto silenciado da população contra o regime militar desaguou, para surpresa de todos, na defesa dos direitos dos índios. Foi essa mobilização que deu origem à campanha pela

CONT.



demarcação das terras indígenas, que, por lei, já deveria estar concluída — diz Manuela.

A continuidade de dramas dos índios na ditadura e na democracia foi sublinhada nos últimos dias por atos públicos no Rio e em São Paulo. No Museu do Índio, o debate “A questão indígena de 1964 até hoje” reuniu semana passada antropólogos como Carlos Augusto da Rocha Freire, José Ribamar Bessa e o guarani Tonico Benites, além de Marcelo Zelic. No sábado, na Casa do Povo, em São Paulo, foi lançada a campanha “Índio é nós”, em seminário com a participação de Zelic, Maria Rita Kehl, Manuela Carneiro da Cunha e o jurista e escritor Pádua Fernandes, um dos organizadores do evento, entre outros. Na ocasião, foi divulgado um abaixo-assinado “pela demarcação das terras indígenas” e “paralisação dos empreendimentos realizados à revelia dos direitos constitucionais desses povos” (manifesto e próximos atos da campanha estão no site <www.indio-eh-nos.eco.br>).

Signatária do texto ao lado de centenas de antropólogos, artistas, ativistas e outros solidários à causa dos índios, Manuela vê relação entre mobilizações atuais e as de quatro décadas atrás:

— Os índios que foram, como outros resistentes, enquadrados pelo regime militar como casos de segurança nacional, hoje, no regime democrático, continuam perseguidos. A Constituição de 1988, que proclama seus direitos, está sob constante ameaça de uma fortíssima bancada do agronegócio no Congresso.



Maria Rita Kehl: Índios vivem hoje situação parecida com a da ditadura
SÍTIO O GLOBO, 12.04.2014

A psicanalista Maria Rita Kehl, integrante da Comissão Nacional da Verdade, diz que situação atual dos índios é parecida com a da ditadura

Por Guilherme Freitas

Em novembro de 2012, foi criado um grupo de trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) para investigar violações de direitos humanos sofridas por índios e camponeses. Desde então, a psicanalista Maria Rita Kehl, integrante da CNV e coordenadora do grupo, visitou povos indígenas no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país. Os depoimentos e relatórios colhidos até agora compõem um painel de abusos sistemáticos cometidos ao longo do período analisado pela comissão (1946 a 1988), em especial durante a ditadura. Inúmeras mortes foram causadas por obras do governo em terras indígenas (como a construção de estradas na Amazônia), sem estudo nem aviso prévio. Frentes de contato despreparadas levaram doenças a tribos isoladas. Há ainda denúncias de trabalho escravo, trabalho infantil, torturas e prisões irregulares. Em entrevista por telefone, Maria Rita Kehl avalia os trabalhos desse grupo da CNV e diz que a situação dos índios hoje é "muito parecida" com a do período da ditadura: "Em todas as audiências públicas surgem também denúncias atuais".

Quais foram as maiores violações de direitos dos índios identificadas até aqui pela CNV?

O tema das agressões a índios no Brasil é muito vasto. Estamos convocando a entrar em contato conosco todos que puderem nos indicar violações cometidas em locais isolados ou que não foram noticiadas. O primeiro relatório que recebi, no início dos trabalhos, foi sobre o massacre dos waimiri-atroari, de Roraima. Pelo menos entre 1.300 e 1.500 índios morreram durante a ditadura em consequência da abertura da BR-174 (Manaus-Boa Vista). As causas foram várias. Como não houve aproximação adequada para o contato e os índios não foram informados sobre as obras, eles ouviam as máquinas, saíam das aldeias para ver o que estava acontecendo e eram recebidos a tiro. Como também não houve vacinação, muitos morreram por epidemias. E os índios contam que, durante as obras, aviões passavam e jogavam "uma coisa que não queimava o mato, mas queimava a gente por dentro". Obviamente não há documentos oficiais sobre isso, mas, pelos relatos, podia ser pesticida.

Que outros povos indígenas foram afetados durante a ditadura?

Além dos waimiri-atroari, fiz mais viagens a aldeias. Os ianomâmi, também em Roraima, enfrentaram a construção de uma estrada, a Perimetral Norte, na terra deles nos anos 1970, sem estudo prévio. Conversei com um ex-agente da Funai, hoje com 80 anos, que se demitiu na época alegando que não queria ser "coveiro de índio". Ele me disse que as principais causas

CONT.



de morte foram sarampo e gripe e que as frentes da Funai não tomavam vacina, nem remédio, mesmo sabendo que fazer contato assim era como jogar uma bomba no meio dos índios. Visitei os suruí, na região do Araguaia, onde muitos índios foram torturados em interrogatórios sobre a guerrilha, mesmo não sabendo de nada. Nenhum deles foi anistiado ou indenizado até hoje. Vivem num pedaço de terra minúsculo, praticamente uma favela às margens da Transamazônica, e tiveram o acesso ao rio cortado pelo fazendeiros. Há pouco tempo os xavantes, do Mato Grosso, entregaram um relatório. Fizeram uma cerimônia muito emocionante, primeiro descreveram os abusos na língua deles e depois traduziram para nós. A situação varia em cada região, mas há um padrão de descaso e violência.

Você esteve em regiões onde há ameaças a povos indígenas hoje?

Em todas as audiências públicas surgem também denúncias atuais. O relatório da comissão vai de 1946 a 1988, então não podemos incluir casos de hoje, mas podemos transmitir essas informações ao governo. Fui ao sul da Bahia, onde pataxós e tupinambás sofreram na ditadura e sofrem hoje com ataques de latifundiários e com a presença do Exército na região. Enviei para a presidente Dilma, mas não sei se ela recebeu, o depoimento do cacique Babau, dos tupinambás, que está sendo perseguido. Ele diz que o importante para os índios é ter sua terra, e não receber cesta básica, porque é na mata que eles têm seu modo de vida e fora dela eles perdem as condições para manter sua cultura. Estive também no Mato Grosso do Sul para ouvir os guarani kaiowá, que até hoje vivem uma situação dramática, sem a homologação das terras. Lá estamos investigando a exploração de trabalho escravo e trabalho infantil indígena. O que precisamos determinar é se houve apoio do Estado a ações de empresas e fazendeiros. Os índios dizem que forças da polícia e do Exército eram acionadas com frequência para reprimi-los. É um padrão que se repete até hoje, e na ditadura foi ainda mais grave: quando a polícia é chamada para atuar contra índios, não pergunta quem tem razão. Os guaranis me disseram: "A gente sabia que quando vinham os de bota preta era pior".

A Comissão também vai investigar denúncias sobre prisões e torturas de índios, como as que envolvem o antigo Reformatório Indígena Krenak, em Minas Gerais?

Sim, já temos um relatório sobre Krenak, com denúncias consolidadas. O Relatório Figueiredo aponta também violações cometidas em postos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Muitos deles tinham pequenos presídios indígenas. O relatório menciona um tipo de punição, conhecida como "tronco", mas diferente daquela aplicada a escravos. Esse "tronco" era uma espécie de forquilha feita com dois pedaços de pau. O índio ficava algemado em um deles, sentado, com um pé espremido no meio da forquilha. Isso quem fazia era o chefe do posto do SPI, uma instituição criada com o ideal de "civilizar" o índio.

Pelo que você tem visto e ouvido nas viagens pela CNV, como está a situação dos povos indígenas hoje, comparada à do período da ditadura?

Muito parecida. Acho estranho um país como o nosso ter como principal ponta de crescimento a agricultura, não a de alimentos, mas a de commodities, como soja, cana e milho. É nos estados dominados pelo agronegócio que os índios ainda hoje sofrem ameaças, despejos e assassinatos. O oeste do Paraná e o Mato Grosso do Sul, em especial, são regiões muito

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

atingidas por isso. Morrem caciques, lideranças locais, e os crimes nunca são apurados, ninguém é condenado. Cria-se um clima de medo nessas regiões. Acabei de voltar de Guaíra, no norte do Paraná, região de muito milho, onde é evidente a imagem ruim que se tem dos índios. Fomos muito bem recebidos no hotel, mas quando voltamos da audiência com objetos indígenas e com a pintura que os índios fizeram em nosso rosto como sinal de amizade, o tratamento mudou completamente. Naquela região, os índios não têm mais espaço para caçar, perderam acesso à água, dependem de cestas básicas, muitas vezes passam fome. A situação deles é tão grave que você pode pensar: por que eles não “desistem” de ser índios? Mas é uma questão de pertencimento cultural. Pense nos brasileiros exilados durante a ditadura: tudo que eles queriam era voltar. O índio não pode ser um exilado dentro do Brasil. É assim que se produz a condição que alimenta o preconceito.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

Exposição reúne objetos da cultura indígena no museu de Araraquara, SP
SÍTIO G1, 13.04.2014

*Público pode visitar mostra gratuita de seg. a sáb. até o dia 30 de abril.
Acervo variado reúne fotos, cestos, colares, entre outros acessórios.*

A mostra 'Objetos do cotidiano indígena' segue em exposição no Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria, em Araraquara (SP), até o dia 30 de abril. A entrada é gratuita.

O acervo é variado e reúne colares, braceletes, enfeites de cabeça, feitos com plumária, além de sementes e dentes e ossos de animais. Cestos de vários tamanhos e cerâmicas integram os materiais.

Por meio de é possível conhecer um pouco do cotidiano dos povos indígenas. A fim de complementar o clima, a exposição é ambientada ao som da música guarani.

O horário de visitação é de segunda-feira, das 13h às 18h; de terça a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 18h; e sábado das 9h às 12h. Agendamentos para visitas monitoradas devem ser realizadas pelo telefone (16) 3322-4887.

Serviço

Exposição 'Objetos do cotidiano indígena'

Período: Até 30 de abril

Local: Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria (Praça Pedro de Toledo, s/nº - Centro - fone: 3322-4887)

Quanto: Entrada franca



Karé, o Último dos Juma
SÍTIO D24AM, 13.04.2014

Quem exterminou os Jumas, no entanto, não foi a onça pintada. Foi um animal muito mais feroz, burro, perigoso e predador.

“No domingo, o vigário disse missa e as índias cantaram o Tantum Ergo com harmonia não vulgar”.

Alexandre Rodrigues Ferreira, enviado ao Brasil pela Coroa Portuguesa para fazer pesquisas de campo, percorreu a Amazônia durante oito anos (1785-1792). Quando passou pela vila de Ega, hoje Tefé, registrou em seu diário de viagem a participação de índias de várias nações no ritual católico, entre elas mulheres do povo Juma.

Denominados também Yuma ou Arara, os Juma falam uma língua do tronco tupi-guarani da família linguística Kagwahiva. Habitavam um território no rio Purus, que segundo Euclides da Cunha, era “talvez a maior estrada por onde passavam e repassavam, há muitos séculos, as tribos mais remotas dos extremos do continente”.

No século XVIII, os Juma somavam 12 a 15 mil índios. Muitos deles foram aprisionados por tropas portuguesas e levados para os ‘currais de índios’ nos rios Solimões e Negro, de onde eram ‘repartidos’ para os colonos, os missionários e para o serviço compulsório da Coroa Portuguesa. Outros resistiram, lutando.

Duzentos anos depois, as índias não cantam mais o Tantum Ergo. Hoje, desesperadas, as únicas Juma sobreviventes, duas velhas que respondem pelos nomes de ‘Baru’ e ‘Inté’, cumprem todas as noites um ritual de lamentos em que combinam choro e canto dramático.

Em matéria publicada no Jornal do Brasil e num jornal local (31/01/93), o repórter amazonense Orlando Faria conta que o ataque de uma onça pintada, numa noite de lua cheia, em janeiro de 1992, decretou a extinção dos Juma, ao matar o índio Karé, de 35 anos, o único homem em condição de reproduzir. Os Juma ficaram reduzidos a três meninas de oito, dez e doze anos e a dois casais de velhos.

O massacre

Quem exterminou os Jumas, no entanto, não foi a onça pintada. Foi um animal muito mais feroz, burro, perigoso e predador.

O colonizador português iniciou o processo no séc.XVIII e os brasileiros continuaram nos dois séculos seguintes. Falas e mensagens dos presidentes da Província do Amazonas e relatórios

CONT.



da Diretoria Geral dos Índios registram seguidos massacres contra os índios do Purus, entre os quais os Juma, que resistiram durante dois séculos.

Nos anos 1960, algumas dezenas de índios Juma sobreviviam no Igarapé da Onça, próximo a Tapauá.

- Eu morei perto da maloca daqueles índios desde 1907 e eles nunca mexeram comigo, nem com o meu pessoal. Sempre foram mansos e pacíficos. Depois de muitos anos, conheci os índios que sempre tive vontade de conhecer e aí ficamos amigos; quando eu ia visitá-los, eles me tratavam muito bem. Várias vezes foram me deixar lá na minha barraca – diz o sr. Luiz Chagas, morador de Tapauá.

No início de 1964, o comerciante Orlando França, arrecadou dinheiro entre empresários locais e organizou expedição dizendo que era para extrair sorva e castanha. Armados até os dentes, ele, Antônio Craveiro, Antônio Branco, Chico Lúcio, Raimundo Guimarães, Noel, Bernardo, Valdemir, um tal de 'Soldado' e alguns outros invadiram o território dos Juma.

Quando chegaram na maloca dos índios, não havia ninguém lá. Tiraram sorva à vontade. Lá pelas quatro da tarde, quando os índios voltaram, foram recebidos à bala. Chico Lúcio, um dos atiradores, falou que eles mataram "para mais de 60 índios", segundo depoimento publicado no jornal Porantim, prestado por Luís Chagas, em junho de 1979, em Manaus, à jornalista Conceição Derzi.

Os sobreviventes

Os poucos sobreviventes, entre os quais o menino Karé, com seis anos de idade, e as mulheres 'Baru' e 'Inté' se refugiaram no igarapé Joari, afluente do Içá. Em 1979, alertada pela denúncia do Porantim, a Polícia Federal abriu inquérito de número 056 para apurar e identificar os responsáveis pela chacina, que adquiriu contornos de genocídio. Derzi ficou no pé da Polícia Federal, mas o inquérito acabou dando no que sempre dá nesses casos: em nada.

Considerados por Helene Clastres como "os teólogos da floresta" por haverem construído um discurso sobre sua própria religiosidade, os índios do grupo tupi-guarani viviam em constantes migrações em busca da Terra Sem Males. Os seus cantos e melodias entrecortados de frases não cantadas anunciavam a nova terra da promessa, cujo acesso era facilitado pela dança, que tornava o corpo mais leve.

As provações morais e as longas peregrinações representavam o tempo necessário para uma lenta mutação do espírito e do corpo, o que os tornava dignos e merecedores da Terra Sem Males.

Segundo a matéria de Orlando Farias, para se reencontrar com seus parentes assassinados, os Juma passaram a criar pássaros de todos os tipos, acreditando terem incorporados os espíritos de seus entes queridos. Karé, hoje, pode ser um gavião rei, voando para a Terra Sem Males. Enquanto isso, nós ficamos mais pobres. E impotentes.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

P.S.- Pensei publicar hoje versão da palestra que ministrei quinta-feira (10/04), no II Seminário sobre interculturalidade organizado pelo Instituto Federal Catarinense (IFC), em Camboriú. O tema da mesa – o diálogo com as culturas ancestrais – foi discutido por Adir Casaro (UCDB), Vera Santos e Maicon Fontanive sob coordenação de Michel Goulart (IFC). Mudei de ideia para retomar este artigo publicado em Manaus (1993) e depois em São Paulo, pelo ISA – Instituto Socioambiental (1996), só para poder formular algumas questões à Comissão da Verdade, a nacional e a local, sobre esses índios que em 2002 já não passavam de cinco indivíduos:

- Cadê o processo 056 da Polícia Federal? O que foi apurado naquela ocasião? Por que foi arquivado? Por que ninguém foi punido? Os criminosos se enquadram na autoanistia que se concederam os torturadores?



Empresa ligada a Jucá é autorizada pela União a pesquisar minérios em RR
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.04.2013

Élissan Paula Rodrigues, Editoria de Política, Folha de Boa Vista

O Conselho de Defesa Nacional, órgão consultivo da presidente Dilma Rousseff (PT) em assuntos relacionados à soberania nacional e à defesa do Estado democrático, publicou no dia 24 de fevereiro, no Diário Oficial da União, uma autorização prévia para que uma empresa ligada ao senador Romero Jucá (PMDB) possa pesquisar minérios em Roraima.

A empresa Boa Vista Mineração Ltda, que tem como cotista Marina de Holanda Menezes Jucá Marques, filha do parlamentar, poderá pesquisar ouro e basalto em 14 áreas diferentes do Estado. São 110.540,79 hectares divididos nos municípios de Amajari, Bonfim, Boa Vista e Cantá, inclusive na faixa de fronteira do Estado. Romero Jucá é autor do projeto de lei 1610/1996, que prevê a regulamentação da mineração em terras indígenas e que ainda está sob análise do Congresso Nacional.

A autorização concedida pela União à Boa Vista Mineração está condicionada ao acompanhamento do órgão ambiental competente. Em 31 de agosto de 2012, a revista Época, da Editora Globo, publicou matéria apontando Marina Jucá como uma das beneficiadas pelo projeto de mineração em terras indígenas.

Em abril daquele ano, a Boa Vista Mineração havia pedido a autorização ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para explorar ouro em nove áreas, inclusive em terras indígenas. Em maio do mesmo ano, o senador subiu a tribuna do Senado para defender a aprovação urgente do projeto: "Haverá pagamento de royalties ao poder público e também à população indígena. Ganhará o direito à mineração aquele que pagar mais à comunidade indígena. Haverá uma licitação. Haverá todo o cuidado ambiental antropológico da Funai [Fundação Nacional do Índio]", declarou.

À época, a assessoria de comunicação do senador informou que a empresa de Marina Jucá explorava uma jazida de brita e que a aprovação do projeto anulará "todo e qualquer alvará que tenha sido concedido, em terra indígena, durante todo este período", para a execução de licitações realizadas pelo DNPM.

Ontem a Folha voltou a procurar a assessoria do senador para tratar do tema. Mas, até o fechamento desta matéria, não houve retorno.

DIVISÃO – Em rápida pesquisa junto ao Sistema de Informações Geográficas da Mineração (Sigmine), é possível ter ideia da situação atual da divisão de terras para pesquisa por empresas em Roraima. Pela pesquisa, é possível ver a quantidade de empresas, pessoas físicas que se habilitaram junto ao DNPM para milhares de hectares em Roraima. Este seria, segundo apurou a Folha, o primeiro passo para que estejam aptos à exploração dos minérios.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

Todas as informações disponíveis no sistema são oficiais e atualizadas conforme a periodicidade disponibilizada por cada instituição. Como a base do DNPM é dinâmica, os dados dos processos minerários são atualizados diariamente.

Em Andorinha (BA), água é motivo de conflito entre a população e empresa de mineração Ferbasa

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.04.2014



Texto e Fotos: Comunicação IRPAA

A Lei 9.433/37, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece em seu Artigo 1º que “em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais”. Entretanto, em Andorinha, no sertão baiano, diversas organizações vem se mobilizando para impedir que a empresa Ferbasa, que desde 1973 desenvolve atividade minerária no município, retire água do açude público que beneficia mais de 80 comunidades.

O açude foi construído pelo Dnocs (Departamento de Obras contra a Seca) em 1983 e possui uma capacidade média de 13.000.000 m³ de água, porém, de acordo com o órgão, atualmente está com cerca de 30% do volume normal. De acordo com o relato de organizações sociais do município, a água que vem sendo retirada do açude pela Ferbasa há mais de 30 anos contribuiu com a baixa da vazão, quadro que se agravou nos três últimos anos de intensa estiagem. O funcionário do Dnocs, Renato Otaviano Rodrigues, gerente administrativo do açude, reconhece que “o que contribuiu para secar foi a Ferbasa”, citando os prejuízos acarretados a setores como a pesca e criação de animais.

Através de nota explicativa da Assessoria de Comunicação, a Ferbasa ressaltou “que a construção da barragem Açude de Andorinha II levou em consideração as atividades da Mineração nesse município, pela fundamental importância para a viabilização socioeconômica da obra. Desde sua inauguração em 1984, a Ferbasa vem fazendo uso racional de parte da água dessa barragem para fins industriais”. Ao longo dos anos a água do açude abastecia o município, mas hoje Andorinha recebe água do Rio São Francisco através de adutora, gerenciada pela Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento. O reservatório, no

CONT.



entanto, é de extrema importância para a dessedentação animal e pesca, atividade que garante a renda de aproximadamente 100 famílias, segundo a Associação de Pescadores do Açude Público de Andorinha.

No período de estiagem, a demanda por água aumentou e a empresa continuou a retirar água para lavar o minério. Após cinco meses de chuvas, ainda insuficiente para retomar sua vazão normal, na madrugada do último dia 08 de abril, o sistema de bombeamento da mineradora foi recolocado. A ação descumpriu, inclusive, acordo feito em reunião com as associações, conforme citaram as lideranças que estão envolvidas na busca de medidas legais contra esta ação da empresa.

A comunidade, sem apoio do poder público local e de órgãos de fiscalização ambiental, está se mobilizando para levar o caso ao Ministério Público Federal. A outorga da empresa para retirada da água do açude público de Andorinha foi concedida pela ANA (Agência Nacional de Águas) em 2011 e, segundo a empresa, tem validade até 2021. Mas, diante da realidade climática e social do município, a mineradora vem descumprindo a Lei dos Recursos Hídricos que não inclui a mineração dentre os usos prioritários em caso de escassez.

População prejudicada

No período que antecedeu as chuvas do final de 2013, houve registro de mortes de rebanhos e altos gastos com compra de água por parte de criadores de animais do município. Seu José Araújo, da comunidade de Mandi, contou que para não ver os animais morrerem de sede chegou a pagar 350 reais para um carro-pipa colocar água do Rio São Francisco em sua propriedade. "Se não fosse a Ferbasa a gente tinha água mais perto", lamenta o sertanejo informando que uma carrada de água oriunda do açude sairia entre 80 e 100 reais.

Açude com cerca de 30% do volume normal

Açude com cerca de 30% do volume normal

A pesca realizada no açude é algo que também vem sendo fortemente impactado. Diversas espécies de peixes são mantidas no reservatório, garantindo assim a pesca e comercialização no município e arredores. Em 19 de março deste ano, uma ação de peixamento do Dnocs inseriu 44 mil alevinos de tilápia e carpa, os quais podem vir a morrer com o baixo volume do açude, "o que já é um crime ambiental", antecipa Renato Otaviano. Além dessas espécies, iniciativas de pescadores/as já vinham mantendo peixes como corró, traíras e outras no açude.

Com a impossibilidade de pescar, o sustento das famílias das/dos pescadores/as é proveniente dos programas sociais do governo e muitos estão saindo em busca de trabalho em outras regiões. "Depois que fiquei sem trabalhar, até com depressão fiquei, porque meu trabalho não tenho mais. Agora que o Dnocs repovoou o açude eles querem dar fim no nosso recurso?", lamenta indignada a pescadora Cleonice Maria do Nascimento. No período de atividade normal, o peixe é vendido em grosso ou na feira para compradores de Andorinha e de municípios vizinhos.

CONT.



Presença da Ferbasa em Andorinha

O município de Andorinha faz parte do Complexo do Vale do Jacurici, que possui 15 minas, distribuídas também nos municípios de Queimadas, Cansanção, Monte Santo e Uauá. Instalada em uma grande área (tamanho não declarado pela empresa na entrevista) do município de Andorinha, a Ferbasa explora minério de cromo, chegando a produzir aproximadamente 360.000 toneladas por ano, de acordo com informações da Assessoria de Comunicação.

A principal contribuição para a economia local apontada pela própria empresa é a geração de empregos, sendo 1112 pessoas empregadas na Unidade de Andorinha, destas 980 próprios e 132 terceirizados. As formas de trabalho, contudo, não agradam boa parte da população que relata o alto índice de doenças sofridas por funcionários em atividade ou aposentados.

Ferro molhado e seco em forno de lenha

Ferro molhado e seco em forno de lenha

Problemas de coluna, doenças respiratórias e câncer são as mais citadas, inclusive com casos de afastamentos e até morte (sem comprovação médica) por motivo destas doenças. "É um emprego escravizado, os médicos dizem que se forem dar parecer a todos que tem problemas [devido ao trabalho] a empresa vai fechar", diz Janolina Isabel, moradora da comunidade de Mandi. Do ponto de vista financeiro, "o que a firma paga no mês, se a pescaria tiver boa, eu faço numa semana", compara Jailton Rodrigues da Silva, vice-presidente da Associação de Pescadores.

Questionada sobre os benefícios sociais para o município, a empresa informou que tem desenvolvido diversas ações, a exemplo do apoio direto à escola de ensino fundamental mantida pela Fundação José Carvalho – acionista controladora da Ferbasa, implantação de ensino médio em uma comunidade, Projeto Jovem Aprendiz, limpeza de aguadas, melhoria de estradas, educação ambiental para as escolas e comunidades do entorno, formação de mudas que são utilizadas na revegetação de áreas degradadas. Já com relação a continuidade do uso da água do açude, respondeu: "a Ferbasa entende que deve exercer o seu direito conferido pela outorga dentro dos seus limites estabelecidos, devido à necessidade do uso da água que é indispensável para manutenção e existência do projeto [mineração]".

Omissão

A Associação de Pescadores reclama ainda da omissão dos órgãos ambientais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que, segundo Joilton, já foi acionado várias vezes e nunca deu retorno. "Na época que secaram o açude peixe ficou largado morrendo aí na lama, isso podia fazer? Se fosse um de nós pegava cadeia", desabafou um dos pescadores. Procurados para falar sobre o assunto, tanto o Ibama, regional de Juazeiro, quanto o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), regional de Senhor do Bonfim, informou que, oficialmente, nada consta nestes órgãos a respeito deste impasse em Andorinha.

As reclamações da população apontam também que no período da estiagem diversos

CONT.



documentos foram enviados à Ferbasa solicitando a limpeza do açude, mas nenhum deles foi atendido.

Enfretamento

“Não é de hoje que a gente vem sofrendo as ameaças da Ferbasa”, denuncia José Albino da Silva, coordenador da Comissão Municipal da Água. Ele relata que, historicamente, as comunidades tradicionais sofrem devido às pesquisas, tanto nas áreas coletivas quanto individuais. Para as comunidades Fundo de Pasto, além do impacto na pecuária devido a seca do açude, é constante a perda de terras para a mineradora, que, em sua opinião, é uma grande latifundiária. “Nós ainda temos essa felicidade da gente ter em boa parte do nosso município uma Caatinga nativa e a gente não quer perder isso”, finalizou José Albino, conhecido como Zé da Paz.

Em defesa do açude e da preservação do modo de vida das comunidades, além da Associação de Pescadores/as, organizações como o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Associações de Fundo de Pasto, Comissão Municipal da Água, Comissão Pastoral da Terra, e recentemente um dos vereadores, entre outras, vem se somando nessa empreitada, buscando medidas legais, ao tempo em que fortalece a organização popular em defesa de seus territórios e dos bens naturais.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Estudantes de Blumenau visitam aldeia indígena

SÍTIO SALA DE NOTÍCIAS, 14.04.2014

BLUMENAU (SC) – Para aprimorar o conhecimento sobre as mais diferentes culturas brasileiras e conhecer um pouco mais sobre os povos nativos do país, estudantes da Barão vão visitar a área indígena Xokleng, da aldeia de Doutor Pedrinho (SC).

O passeio será realizado em abril, com estudantes dos quartos anos do Ensino Fundamental. Ao todo serão cinco turmas com cerca de 30 estudantes em cada, que terão a oportunidade de conhecer um pouco mais da cultura indígena. “Esta ação é importante para que o estudante desenvolva um pensamento reflexivo, estimula o comprometimento social, e ajuda a amadurecer conceitos e principalmente aprender a respeitar”, afirma a professora Ingrid Lindner.

As crianças vão conhecer a escola Xokleng e farão um passeio por uma trilha ecológica na floresta, onde receberão informações sobre a mata atlântica. Durante a caminhada, os estudantes podem experimentar a água da fonte em folhas de caeté e provar a comida típica, como os pães assados em bambu e batatas na brasa. “Esse choque cultural faz pensar as inúmeras questões que envolvem a nossa vida atual. As crianças vão conhecer outra cultura e o seu modo de vida e principalmente aprender a respeitar e aceitar sem preconceito”, acrescenta a professora Lindner.

As cabanas dos índios também serão visitadas e uma aula especial de história com representantes da tribo complementam o passeio. Eles contarão sobre a língua materna e farão traduções para o português. No passeio, todos os estudantes terão a oportunidade de conferir o artesanato produzido pelos Xokleng e visitar o museu fotográfico da Casa da Cultura, que expõe diversas imagens históricas da aldeia. “Imagine, eles pensam que os índios ainda vivem como os primeiros habitantes do século XIX. As crianças precisam entender que também para os indígenas houve mudanças, que eles não vivem mais como seus antepassados, assim como nós ,também a cultura indígena avança, evolui e se adapta”, finaliza a professora.

Serviço:

O quê: Estudantes visitam aldeia indígena

Quando: Dias 14/4, 16/4, 22/4, 25/4 e 28/4

Onde: Área indígena Xokleng – aldeia de Doutor Pedrinho (SC)

Escola Barão do Rio Branco

www.escolabarao.com.br

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

Rua Nereu Ramos, 220 – Centro – Blumenau (SC)

Unidade Velha – Rua Gustavo Budag, 283 – Velha – Blumenau

Unidade Victor Konder – Rua Timbó, 200 – Victor Konder – Blumenau.

Informações para a imprensa – Oficina das palavras:

Martha Kienast



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

Começa hoje a III Semana dos Povos Indígenas

SÍTIO DIÁRIO DE CÁCERES, 14.04.2014

A Prefeitura de Cáceres, por meio da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, realiza entre os dias 14 e 30 de abril, a III Semana dos Povos Indígenas. O objetivo do evento é desenvolver, através de exposição de fotos e artefatos indígenas, o resgate cultural deixado pelos índios e herdado por algumas comunidades tradicionais no município de Cáceres, mostrando a formação social e cultural local.

As atividades, realizadas em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e escolas municipais, serão realizadas no Museu Histórico de Cáceres e reunirá alunos, estudiosos, profissionais, e população em geral num evento que será aberto ao público.

Confira abaixo a programação:

14.04 – 15h – Abertura das atividades com apresentações Culturais

15.04 a 30.04 – Exposição aberta para visitas

fonte: Thiago Almeida/Ascom



Apagão atinge cidades do Marajó

SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ, 14.04.2014

Moradores de Curralinho, Breves, Melgaço, Portel e outros municípios da região da ilha do Marajó, ficaram sem energia elétrica desde as 17h do último domingo.

Um morador, que não quis se identificar, contou à reportagem, através do Whatsap do jornal, que o problema teria como origem a torre de transmissão de energia da Transcametá. "A coisa está feia, alimentos estão estragando nos supermercados, hospital sem energia... Está tudo parado", contou o morador.

Ele disse que, após manter contato com a Celpa, obteve a resposta de que somente na manhã desta segunda-feira é que uma equipe iria ao local para tentar contornar a situação.

A Celpa informou, entretanto, que equipes da concessionária e da Eletronorte "ainda percorrem, desde as 17 horas, a linha de transmissão que vai de Tucuruí a localidade de Parada do Bento, a qual atende municípios do Marajó e do Baixo - Tocantins, a fim de identificar o que ocasionou a interrupção do fornecimento de energia na tarde deste domingo (13)".

Segundo a Celpa, a linha é da Eletronorte, mas também é operacionalizada pela Celpa. "A concessionária informa que não medirá esforços para, junto com equipes da Eletronorte, restabelecer o fornecimento dos municípios afetados, ainda que a área por onde passa a linha seja de difícil acesso".

Segundo a Celpa, Tucuruí, Bagre e Melgaço já tiveram o fornecimento restabelecido. Porém, os municípios de Cametá, Portel, Curralinho e Breves estavam sem energia até o final da noite de ontem.

(Diário do Pará)



Projeto estimula catadores e ribeirinhos da Ceasa

SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ, 14.04.2014

“Quero ter a minha própria loja de móveis!”. É com esse sonho em mente que a catadora Sandra Helena pretende investir nos próximos meses. Ela é uma das mais animadas participantes da turma de catadores e ribeirinhos que passam a integrar um projeto realizado entre a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) e a Centrais de Abastecimento do Pará (Ceasa).

O projeto ainda está em formatação, mas a partir do próximo mês os trabalhadores começam a participar de oficinas de reciclagem de um resíduo muito comum na feira: os caixotes. A Ceasa descarta diariamente cerca de cinco toneladas de madeira (caixas e pallets) utilizados no armazenamento do hortifrutigranjeiro. O material costuma ser incinerado ou vai para o lixo.

Foi justamente nesse resíduo que um grupo de alunos empreendedores da Ufra percebeu um investimento. Eles fazem parte do Enactus Ufra, uma equipe em formação e que tem como objetivo transformar dificuldades em oportunidades. O Enactus é uma organização já existente em vários países, é sem fins lucrativos e trabalha com líderes nos negócios e ensino superior.

“Nosso foco é atuar com os catadores e os ribeirinhos moradores do porto da Ceasa, onde atualmente residem cerca de 40 famílias ribeirinhas, a maioria sobrevivendo de benefícios sociais. O objetivo do Enactus é empoderar comunidades, para que saiam da situação de vulnerabilidade social para a independência financeira. Nosso principal lema é: Não damos o peixe, e sim ensinamos a pescar. Quando estávamos escolhendo em qual comunidade trabalhar, percebemos que as comunidades do entorno da Ceasa poderiam e precisavam receber nossa ajuda”, diz a conselheira do grupo, professora Natalia Barbosa.

Através da parceria com a Ceasa, o grupo passa a receber e reaproveitar a madeira e, com a ajuda da comunidade, encontrar no lixo a matéria prima necessária para iniciar uma fonte de renda. Nas mãos dos catadores e ribeirinhos, os caixotes vão se transformar em estantes, mesas, cadeiras e outros móveis e objetos para a casa.

Os trabalhadores já tiveram um primeiro contato com o material. As oficinas de reciclagem básica de pallets serão realizadas com cerca de 15 pessoas, que formam a primeira turma. Os workshops com os trabalhadores estão agendados para iniciar em maio, quando o projeto já vai estar em andamento.

CURSO

O curso é dividido em módulos, do básico ao avançado. Quem vai capacitar os trabalhadores é o instrutor Alexandre Melo, que trabalha há um ano com a reciclagem de pallets de madeira. “Com as oficinas eles aprenderão desde desmontar os pallets, lixar e realizar o acabamento, até ler os projetos de construção e noções sobre a padronização dos móveis”, afirma.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

“Primeiro eles aprendem a construir peças mais simples, como prateleiras, aparadores e mesas de centro. Já no módulo avançado vamos reunir maior conhecimento sobre móveis, estantes e uma linha de produção denominada de transformer, que são móveis com dupla função, e que se “transformam” dependendo da utilidade”, diz.

Um dos trabalhadores que integram a primeira turma é Jorge Reis, de 44 anos, membro da comunidade e que sobrevive da extração do açaí. “Eu estava querendo fazer um curso de marcenaria e as oficinas apareceram na hora certa. O projeto pode influenciar muito na comunidade, pois é algo que nos trará benefícios. Não tenho dinheiro para pagar um curso, então vou fazer aqui com eles, afinal, depois vou poder fazer móveis e vender pra sustentar minha família, já que no momento a única fonte de que temos é o açaí, isso quando o fruto está na época”, disse.

A meta do grupo é, no futuro, conseguir patrocínio para organizar um show room, em que possam mostrar os móveis para que a população visualize de perto a qualidade do trabalho.



Parceria resulta na detenção de quarenta madeireiros ilegais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.04.2014

Durante a semana passada, o Ibama realizou uma operação de fiscalização na Terra Indígena Menkragnoti, de cerca de 4,9 milhões de hectares, no estado do Pará. Os indígenas da etnia Kayapó denunciaram ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a ação de madeireiros ilegais em suas terras.

Foi definido um plano de atuação em parceria entre o Ibama e os Kayapós que resultou na detenção em flagrante de 40 pessoas, na destruição de 11 acampamentos de madeireiros e na apreensão de 26 motoserras, além de multas no valor de R\$ 50 milhões.

O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo, observa que a participação dos Kayapós foi determinante para o êxito da ação: "A grande maioria dos alvos foi localizada pela comunidade Kayapó. Essa parceria haverá de propiciar a manutenção da integridade da área, constituindo-se em uma barreira para travar os grandes grileiros na BR 163".

A ação de fiscalização teve a participação de 27 agentes ambientais do Ibama, quatro policiais do Grupamento Tático da Polícia Militar do Pará, seis policiais da Força Nacional e servidores da Funai. A Terra Indígena Menkragnoti abrange os municípios de Altamira e São Félix do Xingu/PA, Matupá e Peixoto de Azevedo/MT.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

Índios guarani pedem demarcação de suas terras na cidade de São Paulo

SÍTIO CIMI, 14.04.2014

No próximo dia 17, os mais dois mil índios guarani que vivem na cidade de São Paulo darão mais um passo na luta pelo reconhecimento de suas terras tradicionais. Os Guarani lançam nessa quinta-feira, às 16h, em frente ao Pátio do Colégio, a Campanha Resistência Guarani São Paulo.

Com o apoio de movimentos sociais, coletivos, ONGs e apoiadores da causa indígena, essa mobilização é capitaneada pela Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) - organização política autônoma que congrega as aldeias do povo guarani localizadas no Sul e Sudeste do Brasil - e visa pressionar o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a declarar as terras indígenas Jaraguá, na Zona Norte, e Tenondé Porã, no extremo sul da cidade. Já reconhecidas pela Funai, essas terras somam juntas cerca de 16.500 ha.

Sem o término do processo de demarcação, os índios vivem confinados em áreas minúsculas e ainda sofrem ameaças de despejo - como é o caso da aldeia Tekoa Pyau, no Pico do Jaraguá, onde foi decidida em primeira instância uma reintegração de posse contra os índios,

Além da mobilização nas ruas, a CGY lançou também uma plataforma multimídia com vídeos, mapas, textos e fotos onde é possível conhecer detalhes das reivindicações feitas pelas comunidades: <http://campanhaguaranispyvyrupa.org.br>

Na internet, também é possível manifestar seu apoio à causa assinando a petição que exige do Ministério da Justiça a demarcação das Terras Indígenas Guarani na Grande São Paulo: <http://goo.gl/3NQwPh>

Assista também o vídeo da campanha: <http://www.youtube.com/watch?v=btfb2eY7tSo>

Outro ato foi chamado para o dia 24/4, com a concentração no Vão Livre do MASP, às 17h, e contará com a presença de várias comitivas de guaranis das diferentes aldeias deste povo na região. Acompanhe: <https://www.facebook.com/events/294085780746244/>

Serviço:

CAMPANHA PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS GUARANI EM SÃO PAULO

LANÇAMENTO

Dia 17 de abril, quinta feira, às 16h em frente ao Pátio do Colégio.

<https://www.facebook.com/events/1422297861354711/>

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

Mais informações

resistenciaguaranisp@yvyrupa.org.br

11 951691747/ 972040234/ 976005699/ 948572816



Começa hoje em Cáceres a 3ª Semana dos Povos Indígenas

SÍTIO JORNAL OESTE, 14.04.2014



A Prefeitura de Cáceres, por meio da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, realiza entre os dias 14 e 30 de abril, a III Semana dos Povos Indígenas. O objetivo do evento é desenvolver, através de exposição de fotos e artefatos indígenas, o resgate cultural deixado pelos índios e herdado por algumas comunidades tradicionais no município de Cáceres, mostrando a formação social e cultural local.

As atividades, realizadas em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e escolas municipais, serão realizadas no Museu Histórico de Cáceres e reunirá alunos, estudiosos, profissionais, e população em geral num evento que será aberto ao público.

Confira abaixo a programação:

14.04 – 15h – Abertura das atividades com apresentações Culturais

15.04 a 30.04 – Exposição aberta para visitas



Secretaria de Cultura e UERJ celebram dia do índio com programação especial
SÍTIO O FLUMINENSE, 14.04.2014

Para celebrar o Dia do Índio, 19 de abril, a Secretaria de Estado de Cultura (SEC), em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o Museu do Índio e o Vídeo nas Aldeias, oferecerá, entre 14 e 19 de abril, uma programação dedicada à cultura indígena no estado. As atividades da Semana Estadual da Cultura Indígena acontecerão nas Bibliotecas Parque de Manguinhos, Rocinha e Niterói, na Escola de Artes Visuais do Parque Lage (todos espaços da SEC) e no campus da UERJ, e contarão com a presença de diversos grupos artísticos de tribos da região. Durante os seis dias de comemoração haverá apresentações de canto e dança, oficinas de contação de histórias e rodas de conversa, além de mostra de filmes etnográficos e exposição de artesanato típico.

Entre os grupos que irão participar da semana estão membros das tribos Tupiguarani, Karipuna, Sateré Mawê, Puri, Tupinambá, Fulni-ô, Potiguara, Wapichana, Pataxó e Kariri Xocó, responsáveis por difundir ainda hoje no estado do Rio de Janeiro esse aspecto da cultura brasileira.

Apoiadora do projeto, a UERJ organizou a mostra cinematográfica da semana através do Programa de Estudos dos Povos Indígenas e do Grupo de Pesquisa, Imagens, Narrativas e Práticas Culturais. O intuito da exibição é apresentar à sociedade uma amostra da rica produção dos cineastas indígenas brasileiros, além de abrir espaço para a promoção da diversidade e do debate sobre culturas.

Parte do acervo apresentado na mostra pertence ao projeto Vídeo nas Aldeias, que, criado em 1986, é precursor na área de produção audiovisual indígena no Brasil. Tornando-se cada vez mais um centro de produção de vídeos e uma escola de formação audiovisual para os povos das tribos, o projeto transformou-se, no ano 2000, em uma ONG independente e alcançou o patamar de mais de 70 filmes produzidos, a maioria premiados no Brasil e no exterior.

Governo do Estado do Rio de Janeiro



Parceria do Ibama com índios Kayapós resulta na detenção de quarenta madeireiros ilegais

SÍTIO JORNAL BRASIL, 14.04.2014

Brasília – Durante a semana passada, o Ibama realizou uma operação de fiscalização na Terra Indígena Menkragnoti, de cerca de 4,9 milhões de hectares, no estado do Pará. Os indígenas da etnia Kayapó denunciaram ao Ibama a ação de madeireiros ilegais em suas terras.

Foi definido um plano de atuação em parceria entre o Ibama e os Kayapós que resultou na detenção em flagrante de 40 pessoas, na destruição de 11 acampamentos de madeireiros e na apreensão de 26 motoserras, além de multas no valor de R\$ 50 milhões.

O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo, observa que a participação dos Kayapós foi determinante para o êxito da ação: “A grande maioria dos alvos foi localizada pela comunidade Kayapó. Essa parceria haverá de propiciar a manutenção da integridade da área, constituindo-se em uma barreira para travar os grandes grileiros na BR 163”.

A ação de fiscalização teve a participação de 27 agentes ambientais do Ibama, quatro policiais do Grupamento Tático da Polícia Militar do Pará, seis policiais da Força Nacional e servidores da Funai. A Terra Indígena Menkragnoti abrange os municípios de Altamira e São Félix do Xingu/PA, Matupá e Peixoto de Azevedo/MT.

Fonte: Ascom/Ibama



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas abre inscrições para curso de extensão

SÍTIO WSCOM, 14.04.2014

São oferecidas vagas para professores da Educação Básica e alunos de graduação

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEAB-Í) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) inscreve, no período de 14 a 25 de abril, os interessados em participar do curso de extensão "O ensino e a pesquisa da História e Cultura Afro-Brasileiras e Indígenas". Estão sendo oferecidas 80 vagas, distribuídas entre 40 vagas para professores da Educação Básica e outras 40 vagas para alunos de cursos de graduação.

Também podem se inscrever militantes e ativistas de movimentos sociais, preenchendo vagas destinadas a estudantes de graduação. O curso terá início no dia 26 de abril, aos sábados, das 9h às 12h, no Auditório II do Centro de Integração Acadêmica, Câmpus I da UEPB, em Campina Grande.

A iniciativa faz parte das atividades desenvolvidas pelo NEAB-Í que, por sua vez, busca complementar a capacitação de futuros docentes e professores em atuação no que se referem ao cumprimento às leis 10.639/03 e 11.645/08. Além disso, os conteúdos discutidos, através de diversas perspectivas teóricas e metodológicas, possibilitam aos seus alunos o contato com a complexidade das histórias e ênfase na pesquisa das populações negras e indígenas no Brasil e, conseqüentemente, da história brasileira, contribuindo para desconstruir estereótipos simplistas e reducionistas sobre negros e indígenas.

Local de Inscrição: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígena - Centro de Integração Acadêmica, Sala 343, 3º andar. Câmpus de Bodocongó, Campina Grande – PB - Contatos: (83) 3344-5329 / neabi@uepb.edu.br

Assessoria de Imprensa - UEPB-PB



Indígenas de Marabá e Parauapebas, no sudeste do PA recebem vacina contra gripe H1N1

SÍTIO FOLHA DO BICO, 14.04.2014

Começou no último domingo (13) a vacinação contra a gripe H1N1 para os indígenas da região de Marabá e Parauapebas, no sudeste do Pará. Cento e vinte e dois indígenas foram vacinados na Casa do Índio e uma equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) se dirigiu às 14 aldeias onde serão vacinados 2.500 indígenas.

Para o cacique de uma das aldeias Xikrin, Karangue Xikrin, a vacina evita o surgimento de novos casos de gripe entre os indígenas. "Antes da vacina, a gripe pegava todo mundo, agora não pega", disse.

Em Parauapebas, cerca de 100 índios Xikrin que estão em uma casa de apoio na Serra dos Carajás foram vacinados. Na semana passada, uma criança de um ano e três meses, da aldeia Kateté da etnia Xikrin, morreu depois de dez dias internada no Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso vítima da gripe H1N1.

O caso assustou os indígenas da região, mas com a vacina eles ficaram despreocupados. Apenas os bebês com menos de seis meses de vida não foram vacinados.



Governador Sandoval Cardoso diz que TO está pronto para apoiar jogos indígenas

SÍTIO BLOG DO CLEBER TOLEDO, 14.04.2014

Conforme o governador interino, a realização dos jogos na Capital é uma chance de divulgar a cultura tocantinense e de movimentar a economia do Estado

Da Redação

O governador interino, deputado Sandoval Cardoso, garantiu, em telefonema com o ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, que o Estado apoia a realização dos Jogos Mundiais do Povo Indígenas em Palmas. "Estamos prontos para trabalhar em conjunto com a Prefeitura de Palmas para que os Jogos Indígenas ocorram aqui no Tocantins", destacou Sandoval Cardoso, ao falar com o ministro no início na sexta-feira, 11.

Palmas é uma das cidades candidatas a sediar os jogos, que estão previstos para serem realizados em junho de 2015. A expectativa do Ministério do Esporte é que o evento reúna representantes indígenas de pelo menos 30 países, com cerca de 2.200 atletas. Além de Palmas, estão na disputa as cidades paraenses Belém e Marabá.

Conforme o governador interino, a realização dos jogos na Capital é uma chance de divulgar a cultura tocantinense e de movimentar a economia do Estado.

Também nesta sexta-feira, o coordenador-geral de Assuntos Indígenas do Ministério do Esporte, Rivelino Pereira de Souza, em entrevista à Agência Tocantinense de Notícias, elogiou os projetos técnicos de Palmas e Belém, que, segundo ele, são muito bem detalhados e estruturantes. "Os projetos de Palmas e Belém são muito bons e, inclusive, estruturantes", destacou.

A decisão da cidade que irá sediar o evento deve ocorrer na próxima quarta-feira, 23 de abril.

Modalidades

Conforme Rivelino de Souza, as modalidades que vão fazer parte dos jogos ainda estão em estudos, inclusive com as suas regras, já que os demais países precisam ser comunicados.

Nos Jogos Indígenas nacionais são dez modalidades de competição: arco e flecha; corrida de fundo; arremesso de lança; corrida de tora; cabo de força; futebol masculino; canoagem; futebol feminino; corrida de 100 metros e natação/travessia.



CDHM aprova requerimento de padre ton para verificar situação de povos indígenas do AM

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 14.04.2014

"Não podemos conviver com núcleos urbanos, como Santo Antônio do Matupi e Humaitá, contrários a nossa presença física e cultural. Nosso povo está sofrendo preconceito e discriminação. Não somos criminosos", relatou Ivanildo.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados aprovou ontem (26) 19 requerimentos apresentados por membros do colegiado, dois deles do deputado federal Padre Ton (PT-RO).

O deputado solicitou a ida ao Amazonas de integrantes da comissão para averiguar a situação dos povos indígenas Tenharin, Juahui, Parintin, Mura, Mura Pirahã, Miranha, Torá e Apurinã, que vivem onda de insegurança por causa do assassinato de três homens, ocorrido na rodovia Transamazônica, a 100 quilômetros da região de Humaitá, na reserva indígena Tenharim-Marmelos, no início do ano. A Polícia Federal prendeu cinco indígenas suspeitos de ter cometido o crime.

"Apresentei o Requerimento para a visita a pedido do vice-coordenador da Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira, Nilcélio Jiahuí e do secretário de Assuntos Indígenas de Humaitá, Ivanildo Thenharin, que estão muito preocupados com a onda de violência e ódio aos povos indígenas após o desaparecimento e descoberta dos corpos de três pessoas", disse Padre Ton, coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

Ivanildo Thenharin relatou ao deputado Padre Ton ter "consciência" de que em sua região ocorreu um crime, ressaltando ter colaborado sempre com as autoridades para investigar inicialmente o desaparecimento e depois o assassinato e que a comunidade tem sido penalizada "diante da revolta" que o fato gerou.

"Não podemos conviver com núcleos urbanos, como Santo Antônio do Matupi e Humaitá, contrários a nossa presença física e cultural. Nosso povo está sofrendo preconceito e discriminação. Não somos criminosos", relatou Ivanildo.

Bahia

Já no Nordeste, especificamente no município Teixeira de Freitas, a CDHM deverá, a pedido do deputado Padre Ton, verificar o andamento das investigações sobre o assassinato a tiros do jornalista e ex-vereador Geolino Lopes Xavier, 44 anos, ocorrido em 27 de fevereiro.

Ainda não há data definida para a ida de parlamentares às regiões do Amazonas e Bahia.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

Curitiba recebe Mostra Audiovisual Olhares Indígenas

SÍTIO GAZETA DO POVO, 14.04.2014

Com nove lançamentos, dois filmes em película e 16 longas, a 1ª Mostra Olhares Indígenas acontece entre os dias 14 e 19 de abril em diversos espaços culturais da cidade. A entrada é gratuita para todo o evento. O filme Corumbiara, do antropólogo, documentarista e fundador do projeto Vídeo nas Aldeias, Vicent Carelli, foi eleito para abrir a mostra.

Ele será exibido às 9 horas de hoje na Biblioteca Pública do Paraná (R. Cândido Lopes, 133). O evento segue amanhã, 15, e sábado, 19, dia alusivo aos indígenas. Durante as duas datas serão exibidos os documentários, Os Xetá na Serra dos Dourados, de Vladmir Kózak, e O Mundo Perdido de Kózak, de Fernando Severo, ambos em 16mm. Mais informações pelo site arpinsul.org.br.



Educação indígena em Minas é tema de reunião conjunta

SÍTIO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MG, 14.04.2014

Audiência pública vai tratar do impacto de resolução da Secretaria de Estado de Educação nas escolas para índios.

Debater a educação indígena em Minas Gerais e os reflexos da Resolução 2.442/13, da Secretaria de Estado de Educação (SEE), na organização das escolas indígenas é o propósito da reunião conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) nesta segunda-feira (14/4/14), às 14 horas, no Auditório.

A audiência pública, a requerimento do deputado André Quintão (PT), partiu de solicitação da comunidade indígena xacriabá e do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Copimg) para discutir os desafios da educação indígena no Estado em relação à gestão e ao financiamento.

O parlamentar lembra que, na semana em que se comemora o Dia do Índio (19 de abril), a ALMG realiza uma atividade para reflexão frente às demandas relacionadas à educação nas comunidades indígenas.

“Entre os principais pontos apresentados está a Resolução 2.442/13, que pode reduzir o quadro de profissionais atuantes nas escolas indígenas, e a criação de turmas multisseriadas, que, na opinião dos representantes das comunidades, poderiam influenciar na qualidade do ensino oferecido, na autonomia e no direito a uma educação diferenciada”, destaca o deputado André Quintão.

Além dessas questões, serão discutidas a construção e ampliação da rede física e a organização do colegiado escolar.

A Resolução SEE 2.442, de 7 de novembro de 2013, estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica.

Foram convidados para o encontro a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Macaé Maria Evaristo dos Santos; a secretária de Estado de Educação, Ana Lúcia Gazzola; o procurador da República Marcelo Malheiros Cerqueira; o coordenador-geral do Copimg, Mezaque Silva de Jesus; o cacique xacriabá Domingos Nunes de Oliveira; e o coordenador do escritório da Funai em Governador Valadares, Thiago Henrique Fiorott.

Jovens terenas são eleitos miss e mister indígena 2014

SÍTIO MIDIAMAX, 14.04.2014



Cintia Moraes Souza, 17 anos e Rocleiton Ribeiro Flores, 19, ambos da etnia terena e moradores na Aldeia Jaguapiru, foram os vencedores da quarta edição do concurso Miss e Mister Indígena 2014, realizado na noite deste sábado (12), na Vila Olímpica da Aldeia Bororó, em Dourados, cidade a 224 quilômetros de Campo Grande.

O concurso foi organizado pela Prefeitura de Dourados em parceria com a Prefeitura de Itaporã e Unigran. A secretária de Educação Marinisa Mizoguchi prestigiou o evento representando o prefeito Murilo.

Pelo menos três mil pessoas, segundo a organização, foram à Vila Olímpica Indígena para prestigiar o concurso, disputado por 20 candidatos pré-selecionados, sendo dez moças e dez rapazes das etnias terena, guarani-kaiowá e guarani-nhandéwa. Segundo o coordenador do concurso, Fernando Lúcio Barbosa, o Fernandinho, neste ano foram feitas 62 inscrições.

Participaram do concurso jovens com idades entre 15 e 25 anos, solteiros, sem filhos e residentes nas aldeias de Dourados, ou seja, Jaguapiru, Bororó ou Panambizinho.

Cintia Moraes, vencedora do concurso deste ano, vai participar do 1º Miss Brasil Indígena, que
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

será realizado em 14 de setembro, em Brasília. O mister indígena vencedor em Dourados, Racleiton Ribeiro Flores, também estará presente no evento na capital federal, para coroar a miss indígena nacional.

O coordenador do 1º Miss Brasil Indígena, Carlos Aberto Dias, que é da Funai de Brasília, prestigiou o concurso em Dourados.

No final do evento a miss indígena, eleita no ano passado, Daiane Martins Romeiro e o mister indígena Fernando da Silva Souza Júnior entregaram as faixas para os vencedores.

O Miss e Mister Indígena marcou a abertura da programação da Semana dos Povos Indígenas, que vai até o dia 20 em Dourados. Também estava presente no concurso o vereador indígena Aguilera de Souza.



Unigran Capital abre mostra que destaca povos indígenas

SÍTIO O PROGRESSO, 14.04.2014

Artesãs e ceramistas das etnias kadiwéu e terena, que participaram de exposição em Nova York, foram homenageadas na abertura

As artesãs Maria Auxiliadora Bezerra, da etnia terena e Creuza Vergílio, da etnia kadiwéu, foram homenageadas na abertura da Exposição "Nativos a vós Nativos", na semana passada, no saguão da Unigran Capital, em Campo Grande. Elas também expuseram parte de seus trabalhos, levados para a Exposição Mato Grosso do Sul "Visto Pelo Mundo", realizada no mês passado na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, nos Estados Unidos.

Além das duas artesãs, também participam da exposição realizada pela Unigran Capital que homenageia os povos indígenas pela comemoração oficial do Dia do Índio, os artistas plásticos Adilson Scheiffer, Andrea Luz, Aracy Marques, Gewa, Henrique Spengler (in memorian), Jonir Figueiredo, Lúcia Barbosa, Miska, Nely Guimarães, Patrícia Helney, Pedro Guilherme, Roberto Higa e Vitória Braun.

Na abertura, o diretor-geral da Unigran Capital, Djanires Neto, agradeceu aos artistas participantes da mostra e destacou a importância do espaço para que os acadêmicos conheçam quem produz arte em Mato Grosso do Sul e disse ser merecida a homenagem da instituição aos povos indígenas.

O curador da mostra, artista plástico Jonir Figueiredo, que completa 43 anos de carreira artística, lembrou da Exposição "MS Visto Pelo Mundo", realizada em Nova York e que contou com trabalhos das duas artesãs indígenas homenageadas, além de outros artistas sul-mato-grossenses. Ele agradeceu à Unigran Capital por levar ao conhecimento de seus acadêmicos a cultura do MS.

"Cheguei a poucos dias dos Estados Unidos e fui convidado para organizar esta mostra, que tem com principal objetivo homenagear os povos indígenas e levar aos acadêmicos da Unigran Capital, um pouco da arte de nossos artistas e que possam aprender um pouco com a arte indígena", destacou.

O professor Marcos César Lomba, coordenador do Curso de Ensino e Extensão da Unigran Capital, destacou a mostra como um espaço para apresentação de trabalhos com técnicas e temas variados pelos artistas que se solidarizam com a comunidade indígena. "Em nome da mantenedora, agradecemos aos artistas pela participação na mostra, que proporciona o acesso de nossos acadêmicos à arte e à cultura", afirmou.

O estudante Leonardo Gonçalves de Souza, de 8 anos, que acompanhou a mãe na abertura da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 68./ 2014

Brasília, 14 de abril de 2014.

mostra, fez questão de perguntar aos artistas participantes sobre os detalhes de alguns dos trabalhos expostos e posou com Jonir Figueiredo ao lado da escultura de Aracy Marques, "Mãe Brasileira".

A entrega das homenagens às duas artesãs indígenas foi feita por Djanires Neto, para Creuza Vergílio e pela professora Terezinha Brás, para Maria Auxiliadora Bezerra.